

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 566, DE 2021

Altera a Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, para modificar os critérios que legitimam a proposição de ações de controle de constitucionalidade concentrado por parte dos partidos políticos com representação no Congresso Nacional.

Autor: Deputado AUGUSTO COUTINHO

Relator: Deputado MERSINHO LUCENA

I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei de autoria do Deputado Augusto Coutinho que propõe alterar a Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, para modificar os critérios que legitimam a proposição de ações de controle de constitucionalidade concentrado por parte dos partidos políticos com representação no Congresso Nacional.

Nos termos da proposição, o partido político com representação no Congresso Nacional estará limitado ao ajuizamento de duas ações por ano.

Na justificativa, o Deputado Augusto Coutinho argumenta que “o número de processos junto ao Supremo Tribunal Federal – STF para propor ações de controle de constitucionalidade concentrado que contestam atos do Governo e proposições legislativas têm se multiplicado no País, muitas vezes por iniciativa de partidos com baixíssima representação no Congresso Nacional”.

Por esta razão, conclui que:



“Por isso, faz-se necessário que haja um filtro mínimo na proposição de ações constitucionais de controle concentrado por parte de partidos políticos junto ao STF, com vistas a evitar a multiplicação desnecessária de processos sem fundamentação jurídica mínima e a paralisação de atividades governamentais e legislativas legítimas. Desta maneira, propõe-se que seja limitado a duas por ano o número de ações de controle de constitucionalidade concentrado que possam ser impetradas junto ao STF por partidos políticos, o que incluem a ação direta de inconstitucionalidade, a ação direta de inconstitucionalidade por omissão e a arguição de descumprimento de preceito fundamental. Assim, serão discutidas pela cúpula do Poder Judiciário, por iniciativa processual dos partidos políticos, apenas questões tidas como relevantes, diminuindo sobremaneira a multiplicação de ações desnecessárias e prejudiciais ao desenvolvimento do Brasil.”

A matéria foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para manifestação de mérito e a respeito dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos do art. 32, IV, “e” e art.54, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

O projeto de lei tramita em regime de ordinário, nos termos do artigo 151, III, do RICD, e está sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões.

Não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do regimentais, compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania manifestar-se sobre o mérito da proposição (artigo 32, IV, “e”, do RICD), bem como sobre a sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e redacional (artigo 54, I e 139, II, do RICD).



Quanto à **constitucionalidade formal** do projeto de lei, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa e ao meio adequado para veiculação da matéria.

O projeto de lei refere-se à matéria de direito processual, cuja competência legislativa é privativa da União, nos termos do artigo 22, I, da Constituição da República.

Trata-se, ademais, de hipótese de livre iniciativa, pois não há reserva prevista constitucionalmente (artigos 48, *caput*, e 61, *caput*, CR/88).

A proposição veiculada sob a forma de projeto de lei ordinária é a adequada por não haver exigência constitucional específica em sentido contrário.

Em relação à **constitucionalidade material**, entendemos que o projeto de lei está em plena conformidade com as normas constitucionais.

Quanto à sua **juridicidade**, consideramos que a proposição inova adequadamente o ordenamento jurídico e atende aos princípios gerais do direito.

Por fim, no que diz respeito à **técnica legislativa**, a proposição está redigida conforme dispõe a Lei Complementar nº 95/98.

Passemos ao mérito do projeto.

Inicialmente, louvamos o Deputado Augusto Coutinho pela iniciativa desta proposição cujo objetivo é racionalizar o sistema de controle de constitucionalidade concentrado. Como bem salienta o autor em sua justificção, o atual modelo autoriza que o partido político com representação no Congresso Nacional possa ajuizar um sem-número de ações questionando a constitucionalidade de leis e atos normativos.

Esse arranjo institucional é particularmente pernicioso porque permite que um partido político com um único assento no Congresso Nacional possa agir para tornar sem efeito uma decisão multipartidária e majoritária das casas legislativas. Em outras palavras, partidos com baixa representatividade tem o condão de reverter decisões de partidos com ampla representação congressional.



O resultado é inequívoco: multiplicação de ações judiciais no Supremo Tribunal Federal e o esvaziamento do Congresso Nacional como espaço deliberativo e decisório. Conforme dados divulgados pelo Supremo Tribunal Federal, os partidos políticos são um dos principais litigantes nas ações judiciais referentes ao controle concentrado de constitucionalidade¹.

Diante dessas circunstâncias, faz-se, de fato, necessário aperfeiçoar o sistema de controle de constitucionalidade de modo a estabelecer critérios que estimulem o uso mais racional e ponderado desses instrumentos processuais.

Com esse intuito, apresentamos substitutivo no sentido de que o partido político com representação no Congresso Nacional poderá propor, a cada ano, no máximo duas ações de controle concentrado de constitucionalidade por classe processual regulamentada na Lei nº 9.868/1999.

Da mesma forma, propomos modificar, também, a Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999, que disciplina a arguição de descumprimento de preceito fundamental para que esteja expresso que esse instrumento processual está igualmente submetido ao limite de duas ações.

Ante todo o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 566/2021, nos termos do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado MERSINHO LUCENA
Relator

2025-13382

¹ Disponível em: https://transparencia.stf.jus.br/extensions/corte_aberta/corte_aberta.html



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 566, DE 2021**

Altera a Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, e a Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999 para modificar os critérios que legitimam a proposição de ações de controle de constitucionalidade concentrado por parte dos partidos políticos com representação no Congresso Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. A Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.30-A O partido político com representação no Congresso Nacional poderá propor, a cada ano, no máximo duas ações de controle concentrado de constitucionalidade por classe regulamentada por esta Lei”.

Art. 2º A Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º.....

.....

§ 3º O partido político com representação no Congresso Nacional poderá propor, a cada ano, no máximo duas arguições de descumprimento de preceito fundamental”. (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado MERSINHO LUCENA
Relator

2025-13382

Apresentação: 07/10/2025 16:59:43.360 - CCJC
PRL 1 CCJC => PL 566/2021

PRL n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257775879800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Mersinho Lucena

